

Projeto de Lei do Senado nº 745, de 2011

Autoria: CT - Defesa Civil - 2011

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para redefinir prioridades e reorganizar o Sistema Nacional de Defesa Civil e o Fundo Especial para Calamidades Públicas.

Explicação da Ementa:

Altera a Lei nº 12.340/2010 – que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências – para definir como objetivos do SINDEC planejar, articular, coordenar e promover ações de defesa civil em todo o território nacional, em consonância com a política nacional de defesa civil; elenca e caracteriza as ações necessárias para que os objetivos do SINDEC sejam alcançados; estabelece definições de termos contidos na lei; faculta às entidades da sociedade civil a adesão ao SINDEC; define regras para que o Poder Executivo federal apoie, de forma complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública; determina que as transferências de recursos voltadas à execução de ações de reconstrução deverão ser precedidas da apresentação de Plano de Trabalho pelos entes beneficiários à unidade central do SINDEC; estabelece que o Funcap, de natureza contábil e financeira, terá como finalidade custear ações de prevenção, preparação, socorro, e reconstrução em áreas suscetíveis ou atingidas por desastres; define regras de aplicação do referido Funcap; elenca as fontes de recursos do Funcap; acrescenta dispositivos à referida Lei nº 12.340/2010 para estabelecer a composição e as competências do SINDEC; determina itens que necessariamente deverão constar dos planos de defesa civil; impõe ao Poder Público a obrigatoriedade de instituir um sistema de informações sobre defesa civil, de organizar um sistema de monitoramento e alerta à população sobre a possibilidade de ocorrência de eventos climáticos extremos e de estimular a incorporação do tema defesa civil nos currículos escolares do ensino fundamental, médio e superior, bem como nos programas de formação, capacitação e treinamento profissional; determina que o poder público efetue, em todos os Municípios, o cadastramento das ocupações em área de risco; autoriza os órgãos competentes a transferir bens apreendidos em operações de combate e repressão a crimes para as unidades e coordenações de defesa civil; veda à União o contingenciamento de verbas públicas destinadas à defesa civil, inclusive as referentes ao Funcap; altera a Lei nº 6766/79 – que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências – para determinar que deverão ser mantidos, no mínimo, vinte metros quadrados de área verde por habitante, distribuídos regularmente na área do loteamento; altera a redação da Lei nº 10257/2001 – que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – para incluir como item obrigatório do plano diretor a delimitação das áreas de risco e as medidas necessárias para redução do risco ou a desocupação, conforme o caso; determina que os planos diretores e os planos de expansão urbana sejam revisados, no prazo de dois anos, para garantir sua adaptação às exigências desta Lei; altera o Código Penal para tipificar como crime a conduta de quem permitir ou estimular a ocupação de áreas de risco; também configura como improbidade administrativa a conduta de permitir ou estimular a ocupação de áreas de risco; revoga o art. 13 da referida Lei nº 12.340/2010.

Projeto de Lei do Senado nº 745, de 2011

Assunto: Soberania, Defesa Nacional e Ordem Pública - Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

Data de Leitura: 16/12/2011

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL
DA LEGISLATURA

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 171 de 2011

Despacho:

14/02/2012 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

03/02/2015 (Fala da Presidência)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senadora Simone Tebet (encerrado em 08/03/2018 -
Redistribuição)

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

08/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido, às 17h05min, pela Senadora Simone Tebet.
Matéria aguardando distribuição.

TRAMITAÇÃO

28/09/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relatora da matéria a Senadora Simone Tebet.

10/03/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

03/02/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Tendo em vista o encerramento das atividades da Comissão Temporária destinada a debater e propor Soluções para o Financiamento da Segurança Pública no Brasil, o presente projeto retorna ao exame da CCJ.

Publicado no DSF Páginas 42

19/01/2015 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

18/12/2014 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 18h50.

18/12/2014 SF-SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Ação: Juntado Ofício nº 18/2014 – CTSEGPUBL, comunicando ao Presidente do Senado Federal o encerramento das atividades da Comissão, sem aprovação de Relatório, e encaminhando documento confeccionado pelo relator, Senador Pedro Taques, sugerindo a tramitação regimental da presente matéria.
À SSCLSF para as devidas providências.

01/08/2014 SF-SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

29/10/2013 SF-SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Ação: Encaminhado ao Gabinete do Senador Eunício Oliveira, sub-relator do tema "Defesa Civil" da Comissão Temporária - Segurança Pública.

25/10/2013 SF-SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Recebido neste órgão, no dia 25/10/2013, às 14:50.

TRAMITAÇÃO

24/10/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que, em cumprimento ao despacho proferido na sessão de 3 de outubro e em atendimento ao Requerimento nº 005, de 2013 - CTSEGPUBL, do Senador Pedro Taques, encaminha a presente matéria à Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil. Esclarece, ainda, que o objeto do Requerimento nº 005, de 2013, foi atendido. À SACEI.

*Publicado no DSF Páginas 75925***23/10/2013** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Situação:** AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO**Ação:** Recebido neste Órgão, às 17h.

Aguardando leitura de requerimento, do Senador Pedro Taques, que solicita que a presente matéria seja encaminhada ao exame da Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil.

***** Retificado em 24/10/2013*****

Juntada, às fls. 25/31, cópia do Memorando nº 1/2013, do Presidente da Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil, encaminhando cópia do Requerimento nº 5, de 2013, do Senador Pedro Taques, de remessa desta matéria à referida Comissão.

Encaminhado ao Plenário.

***** Retificado em 24/10/2013*****

Juntada, às fls. 25/31, cópia do Memorando nº 1/2013, do Presidente da Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil, encaminhando cópia do requerimento do Senador Pedro Taques de remessa desta matéria à referida Comissão.

Encaminhado ao Plenário.

23/10/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à SSCLSF para atender a solicitação constante do Ofício nº 2294/2013, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento, formulado pelo Senador Pedro Taques, de audiência da Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil.

03/02/2012 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.**03/02/2012** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo sem apresentação de emendas ao presente projeto. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

*Publicado no DSF Páginas 42***03/02/2012** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Ação:** Encaminhado ao Plenário para comunicação de término do prazo para interposição de emendas.**03/02/2012** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntado, às fls. 22, exemplar do suplemento do Relatório Final nº 1, de 2011, da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 171, de 2011.

16/12/2011 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para recebimento de emendas perante a Mesa: 19/12/2011 a 02/02/2012.

16/12/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA

Ação: Leitura. (Apresentado como conclusão do Relatório nº 1, de 2011, da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 171, de 2011, destinada a propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil)
Fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa. (Art. 235, II, f, RISF)

Publicado no DSF Páginas 54666-54685

16/12/2011 SF-PLG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 21 (vinte e uma) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 745/2011

Data: 16/12/2011

Autor: CT - Defesa Civil - 2011

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para redefinir prioridades e reorganizar o Sistema Nacional de Defesa Civil e o Fundo Especial para Calamidades Públicas.

Avulso inicial da matéria

Data: 16/12/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura. (Apresentado como conclusão do Relatório nº 1, de 2011, da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 171, de 2011, destinada a propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil)
Fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa. (Art. 235, II, f, RISF)

Requerimento

Data: 03/10/2017

Autor: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Requerendo tramitação conjunta com os seguintes Projetos de Lei do Senado:
- PLS 029, de 2009;
- PLS 275, de 2011;
- PLS 299, de 2013;
- PLS 062, 114 e 506, de 2015;
- PLS 056 e 421, de 2016;
- PLS 248, de 2017.



Projeto de Lei do Senado nº 745, de 2011

DOCUMENTOS

Ofício

Data: 05/10/2017

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ofício

Data: 05/10/2017

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal